

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos  
e da Administração Interna

### Portaria n.º 18 431

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar à Embaixada de Portugal em Paris, com efeitos a partir de 1 de Maio próximo, pela verba do n.º 2) do artigo 31.º, capítulo 3.º, do orçamento em vigor, a quantia de 14 800\$ mensais, a fim de ocorrer a despesas com o custeio das casas que são propriedade do Estado, ficando assim alterada, a partir daquela data, a Portaria n.º 18 223, de 18 de Janeiro de 1961, na parte respeitante àquela missão diplomática.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1961. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

### Portaria n.º 18 432

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar ao Consulado de Portugal em Antuérpia, com efeitos a partir de 1 de Maio do corrente ano, pela verba do n.º 3) do artigo 37.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor, as importâncias mensais abaixo indicadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço no Consulado, ficando assim alterada, a partir daquela data, a Portaria n.º 18 228, de 19 de Janeiro de 1961, na parte respeitante àquela posto consular:

	Francos belgas
Vice-cônsul . . . . .	13 680,00
Chanceler . . . . .	9 050,00
Caixa . . . . .	7 010,00
Escriturário . . . . .	6 840,00
Dactilógrafo . . . . .	6 550,00
Contínuo . . . . .	4 230,00
	<hr/>
	47 360,00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1961. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

### Portaria n.º 18 433

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar ao Consulado de Portugal em Windhuk, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1961, pela verba do n.º 2) do artigo 42.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor, a quantia mensal de 1500\$, a fim de ocorrer a despesas com material e expediente.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1961. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

### Portaria n.º 18 434

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar ao Consulado de Portugal em Marselha, com efeitos a partir de 1 de Maio do corrente ano, pela verba do n.º 3) do artigo 37.º, capítulo 4.º, do orçamento em vigor, as importâncias abaixo indicadas, a fim de ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado em serviço no Consulado, ficando assim alterada, a partir daquela data, a Portaria n.º 18 228, de 19 de Janeiro de 1961, na parte respeitante àquela posto consular:

	Novos francos franceses
Chanceler . . . . .	750,00
Escriturário . . . . .	500,00
Servente . . . . .	330,00
	<hr/>
	1 580,00

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 1961. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias*.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

## Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

### Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo da Roménia depositou junto do Secretariado-Geral das Nações Unidas, em 26 de Janeiro de 1961, o instrumento de adesão à Convenção relativa à circulação rodoviária, celebrada em Genebra a 19 de Setembro de 1949.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 21 de Abril de 1961. — O Director-Geral, *José Luiz Archer*.

### Aviso

Por ordem superior se faz público que, em 27 de Janeiro de 1961, o Governo da Finlândia depositou junto do Governo da Bélgica os instrumentos de adesão à Convenção sobre a nomenclatura para a classificação de mercadorias nas pautas aduaneiras, de 15 de Dezembro de 1950, e ao Protocolo da ratificação àquela Convenção, de 1 de Julho de 1955.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 21 de Abril de 1961. — O Director-Geral, *José Luiz Archer*.

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

### Portaria n.º 18 435

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 28 326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial de 1 000 000\$ destinado a reforçar a verba do artigo 9.º, n.º 2), alínea e) «Pagamento de serviços — Diversos serviços — Propaganda — Outros

serviços de propaganda que forem determinados pelo Ministro», da tabela de despesa do orçamento privativo da Agência-Geral do Ultramar para o corrente ano, tomando como contrapartida o saldo de anos económicos findos.

Ministério do Ultramar, 27 de Abril de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

### Portaria n.º 18 436

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1933, reforçar com 30 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 212.º, n.º 2), alínea a) «Encargos gerais — Deslocações de pessoal — Ajudas de custo e subsídios inerentes às deslocações fora da província — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de Timor para o corrente ano, tomando como contrapartida as disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 88.º, n.º 1), alínea a) «Polícia Internacional e de Defesa do Estado — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da referida tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 27 de Abril de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Timor. — *A. Moreira*.

### Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações

#### Portaria n.º 18 437

Tendo em vista o disposto no n.º III da base LXXXVIII da Lei n.º 2066, de 27 de Junho de 1953:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, pôr em vigor nas províncias ultramarinas o Decreto n.º 43 273, de 27 de Outubro de 1960, e o Decreto n.º 43 367, de 30 de Novembro de 1960.

Ministério do Ultramar, 27 de Abril de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *A. Moreira*.

### Serviços de Valores Postais

#### Portaria n.º 18 438

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 37 050, de 8 de Setembro de 1948, que sejam emitidos e postos em circulação na província de Timor selos de franquia postal tendo como motivo a arte indígena, com as dimensões de 26 mm x 40 mm, nas quantidades, taxas e cores seguintes:

- 3 000 000 da taxa de \$05 — preto, azul, roxo, castanho, amarelo de Nápoles, castanho-avermelhado e lilás;
- 2 500 000 da taxa de \$10 — azul, castanho-escuro, amarelo-palha, castanho-avermelhado, verde-veneziano e laranja;

2 000 000 da taxa de \$20 — azul, castanho-avermelhado, castanho-escuro, ocre, azul-alfazema e verde;

2 000 000 da taxa de \$30 — azul, castanho-avermelhado, prata, cinzento-escuro, verde e rosa-velho;

500 000 da taxa de \$50 — azul, castanho-avermelhado, amarelo, encarnado-escuro e azul de jade;

500 000 da taxa de 1\$ — azul, castanho-avermelhado, prata-fosca, cinzento-escuro, verde-azeitona e amarelo-acastanhado;

600 000 da taxa de 2\$50 — preto, azul, castanho-avermelhado, laranja, amarelo e cinzento-esverdeado;

400 000 da taxa de 4\$50 — azul, verde, castanho-avermelhado, amarelo, castanho-escuro e amarelo de Nápoles;

250 000 da taxa de 5\$ — preto, amarelo, castanho-avermelhado, azul da Prússia, cinzento-rosado e azul;

100 000 da taxa de 10\$ — preto, castanho-avermelhado, azul, verde-azeitona e cinzento-claro;

100 000 da taxa de 20\$ — preto, castanho-avermelhado, azul, verde-azeitona e amarelo-palha;

50 000 da taxa de 50\$ — preto, castanho-avermelhado, amarelo, azul, castanho, cinzento-arrozado, amarelo-torrado e castanho de garance;

Ministério do Ultramar, 27 de Abril de 1961. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Timor. — *A. Moreira*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

#### Comissão de Coordenação Económica

#### Declaração

Para o efeito do disposto no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, declara-se que, por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Comércio de 10 do corrente, foi determinado o seguinte:

1.º Na venda, pelos armazenistas e retalhistas, de todas as espécies de farinhas de trigo, de centeio ou de milho, quer espoadas, quer em ramas, não poderá ser excedida a margem de lucro bruto de 2 por cento para os armazenistas e de 10 por cento para os retalhistas.

2.º Estas percentagens aplicam-se quer às farinhas vendidas em sacos das respectivas fábricas, quer às vendidas a granel, e abrangem tanto as farinhas destinadas a fabrico de pão caseiro, como as utilizadas para outros usos, inclusive os culinários.

3.º A estas percentagens acrescem os encargos de transportes.

4.º A venda de farinha de trigo a granel, do trigo tipo extra, só será permitida nas padarias.

5.º São os seguintes os preços de venda das farinhas de trigo quando empacotadas na origem, quer nas fábricas de moagem, quer nos empacotadores:

a) Farinha de tipo especial (T. E.):	Por quilo-grama
No empacotador . . . . .	5\$20
No armazenista . . . . .	5\$40
No retalhista . . . . .	6\$00